



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Revelou há dias a Polícia Judiciária, em conferência de imprensa especialmente convocada para o efeito, um caso alarmante, em que uma bebé de dois meses terá sido abanada, pelo menos três vezes, pela empregada doméstica, que também lhe bateu na cabeça. A criança apresentava uma concussão cerebral, tumefacção das pálpebras e moleza física, encontrando-se ainda em situação crítica. A empregada doméstica foi acusada do crime de ofensa à integridade física grave e o processo remetido ao Ministério Público¹. O caso suscitou a atenção da sociedade, tornando-se num tema quente de debate na rede social e num motivo para uma associação organizar um desfile chamando a atenção do Governo sobre a questão. Com este caso, põem-se a descoberto as lacunas existentes nas leis que regulamentam o acesso à actividade das agências de emprego e a fiscalização do mercado de trabalhadores domésticos. Acresce a tudo isto o extremar dos conflitos resultantes da aplicação da lei de contratação de trabalhadores não residentes, que urge uma solução por parte do Governo.

É hoje comum encontrar agregados familiares em que ambos os pais são trabalhadores, daí a grande procura de empregadas domésticas. Segundo

¹ Jornal "Lek Pou", de 13 de Agosto de 2015.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

esses agregados familiares, muitas pessoas vêm a Macau na qualidade de visitantes para encontrarem um emprego como trabalhador doméstico, pois o leque de opções é maior e até podem fazer algo para obrigar ao seu despedimento por parte do empregador, a fim de poderem reclamar os custos de transporte para o país de origem. Assim, para assegurar que a trabalhadora preste um melhor serviço, o empregador aceita, de um modo geral, todas as suas exigências. Na rede social, o grupo “mamã” afixou um “post” relativo a condutas poucas correctas e inimagináveis praticadas por trabalhadoras domésticas, algumas das quais prejudicam a saúde das crianças. Encontrar uma boa trabalhadora é, portanto, mais difícil do que ganhar a lotaria. Tudo isto porque as leis só dão protecção aos trabalhadores domésticos, o que é injusto para com os empregadores, havendo assim toda a necessidade de o Governo as alterar e intensificar as acções de fiscalização do mercado, por forma a garantir o nível de qualidade dos trabalhadores domésticos e evitar a ocorrência de situações dramáticas. No início do corrente ano, apresentei uma interpelação escrita, indagando o Governo sobre o ponto de situação relativamente à alteração das normas que regulam o mercado de trabalhadores domésticos. Em resposta, afirmam as autoridades que as alterações à Lei das Relações de Trabalho e à Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes vão ser submetidas, no primeiro trimestre do corrente ano, à apreciação e debate do Conselho Permanente de Concertação Social, seguindo-se depois a consulta pública. É lamentável que até ao momento nada mais se tenha ouvido falar sobre o assunto.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Que alterações vão ser introduzidas na Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes e na Lei das Relações Laborais? Quando é que vai ter lugar a consulta pública?
2. É devido à falta de fiscalização que as agências de emprego apenas se responsabilizam pela apresentação de trabalhadores domésticos aos empregadores e alijam responsabilidades quando algo corre mal. Estando elaborado o projecto de lei relativamente ao regime de licenciamento das agências de emprego, não será a altura de o divulgar e lançar a respectiva consulta pública?
3. Maltratar ou desleixar crianças para servir de motivo de “despedimento” a fim de poder mudar de profissão é quase um fenómeno constante. O que mais preocupa os empregadores é a forma como é garantido o nível de qualidade dos serviços dos trabalhadores domésticos. Pensa então o Governo em instituir um regime de formação em serviço e elaborar uma guia de serviços?

17 de Agosto de 2015.

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Chan Hong